

CAPÍTULO 17

OS MÉTODOS DE PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA RELATIVA (Cooperação, manufatura, maquinaria)*

Ao contrário da mais-valia absoluta, não se obtém mais-valia relativa pelo prolongamento da jornada de trabalho, mas sim pelo barateamento do valor da força de trabalho. Decorre daí “o impulso imanente e a tendência permanente do capital [...] de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, ou seja, [revolucionar] o modo de produzir [...], para aumentar a produtividade do trabalho; diminui assim o valor da força de trabalho e abrevia-se a parte da jornada que é necessária à reprodução desse valor [...].”¹

Que métodos de produção o capital desenvolve em seu impulso na direção da mais-valia relativa?

Podemos destacar a utilização capitalista da cooperação, a divisão manufatureira do trabalho e, sobretudo, o desenvolvimento da maquinaria moderna. Toda a seção IV do primeiro tomo de *O capital* foi dedicada à descrição sistemática desses temas, só esboçados nos *Grundrisse*, onde aparecem misturados com outros.

O que distingue os métodos de produção mencionados é, em primeiro lugar, o fato de que põem as forças produtivas sociais do trabalho a serviço do capital. Como vimos,² o conceito de trabalho assalariado pressupõe que o trabalhador renuncie ao valor de uso de sua mercadoria e, portanto, aos frutos de seu trabalho. A “separação entre trabalho e propriedade do produto do trabalho” está implícita no intercâmbio entre capital e trabalho.³ O que o trabalhador vende ao capitalista, e o que este último paga, é “sua força de trabalho individual, isolada”. No processo de produção, porém, ele não é usado como indivíduo, mas como integrante de um “organismo ativo” que acrescenta novas potências sociais à capacidade de trabalho de cada um.⁴

* Até aqui ordenamos os nossos capítulos seguindo a exposição dos próprios *Grundrisse*. A partir de agora, no entanto, esse procedimento se torna impossível, já que os temas passam a ser freqüentemente tratados de forma dispersa ao longo do manuscrito de Marx.

Com efeito, mesmo a cooperação simples de forças de trabalho não corresponde a uma mera adição delas; o caráter coletivo e coordenado do trabalho aumenta a capacidade produtiva. (Isso fica ainda mais claro quando se observa a divisão de trabalho dentro da fábrica.) Mas, como a associação dos trabalhadores no processo de produção não “é estabelecida por eles, mas sim pelo capital”, esta associação “não representa a existência deles, mas a existência do capital. Para o trabalhador individual, tal associação aparece como arbitrária.”⁵ O aumento da produtividade, decorrente do trabalho associado, não beneficia os trabalhadores, mas sim o capital. (Isso decorre do fato simples de que “o grande salto na produtividade do trabalho só começa quando este se converte em trabalho assalariado, [...] ou seja, em condições nas quais os próprios trabalhadores já não podem apropriar-se do resultado de seu trabalho”.)⁶ “Os avanços da civilização — em outras palavras, o incremento das forças produtivas sociais — [...] não servem para enriquecer o trabalhador, mas o capital”, pois são monopolizados pela classe capitalista. Os avanços alargam os domínios do mais-trabalho relativo, com o aumento da produtividade, e — “já que o capital é a antítese do trabalhador” — aumentam “o poder objetivo sobre o trabalho”, ou seja, o poder do capital.⁷ (Marx diz em outra passagem: “Por isso, o trabalhador considera, com razão, que o desenvolvimento da capacidade produtiva de seu próprio trabalho lhe é hostil.”)⁸

O modo de produção especificamente capitalista se baseia, antes de mais nada, no desenvolvimento das potências sociais do trabalho. Mas o capital só consegue colocar essas potências a seu serviço porque, desde o início, é uma força coletiva; como tal, “não se depara com o trabalho isolado, mas sim o trabalho combinado”.⁹ Pois a finalidade da produção capitalista não é a produção de valores de uso, mas sim de valores de troca ou, mais exatamente, de mais-valia. O mais-trabalho “deve ser, desde o início, suficientemente grande, para que uma parte dele possa ser novamente usado como capital”; ou seja, o capital deve estar em condições “de pôr em movimento simultâneo uma certa quantidade de capacidade viva de trabalho”.¹⁰ Nesse sentido, a acumulação e a concentração de forças de trabalho, o “agrupamento de muitos em torno de um capital”, estão contidos no conceito de capital (não como a acumulação e a concentração do capital “acabado”,¹¹ que aparecem como “oposição à pluralidade de capitais”, a qual pressupõe a esfera da concorrência).¹²

Nos primórdios da produção capitalista, o capital só coordena os trabalhadores formalmente, pois essa coordenação “se restringe ao produto do trabalho, e não ao próprio trabalho”. Consiste simplesmente em que “o capital contrata diversos tecelões e fiopeiros manuais, autônomos e dispersos

em suas próprias moradias [...]. O modo de produção propriamente dito ainda não está sob controle do capital, mas existe previamente a ele. Esses trabalhadores dispersos compartilham apenas a relação de cada um com o capital [...]. Em vez de permutar com muitos, permutam com um único capitalista [...]. O trabalho cooperativo só existe *em si*, já que todos trabalham para o capital — que, por conseguinte, ocupa a posição central — sem que trabalhem juntos [de fato].”¹³ Aqui, a concentração ainda se limita a uma concentração dos intercâmbios pelo capital. Logo essa etapa é superada; chega-se a uma situação em que o capital já não emprega os trabalhadores do jeito em que os encontrou, mas os faz cooperar em uma empresa. “O capital se apresenta agora como ação coletiva dos trabalhadores, [...] como vínculo que os mantém juntos e, por isso, cria essa ação”, provocando ao mesmo tempo “a total separação dos trabalhadores em relação às condições da produção” e sua dependência absoluta em relação ao capital.¹⁴

No princípio será uma cooperação simples, na forma da atividade de um “número de trabalhadores relativamente grande, no mesmo momento e no mesmo espaço [...], para produzir o mesmo tipo de mercadorias, sob o comando do mesmo capitalista”; quanto ao modo de produzir, uma empresa desse tipo “só se distingue da indústria artesanal de corporações pelo maior número de trabalhadores que o mesmo capital utiliza”.¹⁵ Mas o capital não pode limitar-se à mera cooperação dos trabalhadores. Deve ir mais além. É certo que qualquer produção em maior escala pressupõe uma cooperação desse tipo, e neste sentido a cooperação simples segue sendo a “forma fundamental da produção capitalista”. Mas seria historicamente errôneo considerá-la uma época particular e “estável” do modo de produção capitalista.¹⁶ Ao evoluir, a empresa capitalista primitiva logo se vê obrigada a “utilizar de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo lugar e a simultaneidade de seus trabalhos”, por exemplo dividindo o trabalho total em determinadas operações parciais e entregando cada uma dessas operações a um grupo específico de trabalhadores. Surge assim a típica manufatura capitalista, como modo de produção industrial. Ela modifica a divisão do trabalho fabril: o que importa não é principalmente a qualidade do produto, como ocorria no artesanato, mas sim a produção em série, por “tratar-se de valor de troca e mais-valia”.

Por isso, a manufatura — primeira forma histórica da produção capitalista — aparece primeiro ali “onde se produz em massa para a exportação, para o mercado externo”, ou seja, em cidades mercantis e costeiras, cuja produção industrial “está orientada naturalmente, por assim dizer, para o valor de troca”. Fora desses grandes entrepostos, a manufatura “não se apodera desde logo da chamada indústria urbana, mas sim da indústria campo-

nesa suplementar — fiação, tecelagem —, trabalhos que requerem menor grau de habilidade profissional e menor formação técnica”; ou então “de setores de produção como as fábricas de vidro, metal, serralherias etc., que desde o princípio demandam maior concentração de força de trabalho [...] e de meios de trabalho etc.”, e que por isso “não podem organizar-se no sistema de corporações”.¹⁷

Por mais que a manufatura capitalista primitiva aspire a produzir mais-valia relativa por meio da cooperação e da divisão do trabalho, as leis que a regem não são de modo algum idênticas “às da grande indústria”.¹⁸ Apesar de todo o desenvolvimento da divisão do trabalho, *seu fundamento permanece sendo a habilidade artesanal, e seu “mecanismo específico [...] [é] o trabalhador coletivo formado pela combinação de muitos trabalhadores parciais”*.¹⁹ Como regra geral, “o trabalho necessário ainda absorve grande parte do tempo de trabalho disponível, e o mais-trabalho de cada trabalhador permanece relativamente pequeno”. Isso é compensado pelo fato de que, na manufatura, “a taxa de lucro é maior; nela, o capital se acumula com mais rapidez, em relação à sua quantidade²⁰ já existente, do que na grande indústria”. “Por outro lado, essa maior taxa de lucro na manufatura decorre do emprego simultâneo de muitos trabalhadores.” Por isso, o mais-trabalho absoluto predomina na manufatura e nela imprime sua marca.²¹

Só a indústria moderna, baseada na maquinaria, pode superar essa barreira. Ao contrário da manufatura, na grande indústria a contínua revolução do modo de produzir não se baseia na força de trabalho, mas sim nos meios de trabalho.²² Isso modifica profundamente a relação original entre o trabalhador e esses meios. No lugar do ofício dominado pelo trabalhador aparece agora um “monstro vivo” que “materializa o pensamento científico e passa a exercer, de fato, o papel de coordenação”, dominando todo o processo; a partir daí, o trabalhador individual passa a existir “como apêndice vivo e isolado”.²³ Ao contrário da ferramenta simples, a máquina — mais ainda, a maquinaria como sistema automático — “sob nenhum ponto de vista aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. Sua *differentia specifica* não é, como no caso do meio de trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do trabalhador. A atividade se organiza agora de outra maneira: o que se transmite à matéria-prima é o trabalho, ou ação, da própria máquina, à qual [o trabalhador] vigia e impede que se danifique. É diferente do caso do instrumento que o trabalhador manipula e anima, como a uma parte de seu próprio corpo, com sua destreza e atividade, e cujo manejo depende de sua virtuosidade. Dona da habilidade e da força,²⁴ a máquina toma o lugar do trabalhador, ela mesma é a virtuosa, possui alma própria, encarnada nas leis da mecânica que agem nela [...]. A atividade do

trabalhador, reduzida a uma mera atividade abstrata,²⁵ passa a ser totalmente determinada e regulada pelo movimento da maquinaria, e não o contrário. [...] O processo de produção deixa de ser processo de trabalho, no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante. O trabalho só se apresenta nele como órgão consciente, disperso sob a forma de diversos trabalhadores vivos, presentes em muitos pontos do sistema mecânico; subsumido no conjunto da maquinaria, é apenas um elo de um sistema cuja unidade não está mais localizada nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa) [...], diante da qual a força de valorização da capacidade laborativa individual desaparece como algo infinitamente pequeno. [...] O pleno desenvolvimento do capital só ocorre [...] quando o meio de trabalho [...] se apresenta diante do trabalho, no processo de produção, sob a forma de máquinas; então, o processo de produção deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência. A tendência do capital, portanto, é dar à produção um caráter científico, reduzindo o trabalho a um simples momento desse processo.”²⁶

Que efeitos a transformação dos meios de trabalho e a permanente revolução do modo de produzir têm sobre o processo de valorização do capital?

Marx diz em outra passagem: freqüentemente os economistas afirmam que a maquinaria “economiza trabalho” e que, com sua ajuda, “o trabalho humano faz e cria coisas que não poderiam ser produzidas sem ela”. Ambas as afirmações são corretas, mas só dizem respeito “ao valor de uso da maquinaria”,²⁷ ao processo de trabalho como tal, silenciando-se assim sobre o papel da maquinaria no processo de valorização do capital. Sob esta outra óptica, a maquinaria é um meio para aumentar a produção de mais-valia.

Como Marx descreve de forma tão expressiva e detalhada no primeiro tomo de *O capital*, a introdução do maquinismo esteve historicamente relacionada com um prolongamento desmedido da jornada de trabalho e com uma exploração ultrajante do trabalho de mulheres e crianças, ambos os métodos estando voltados para aumentar o mais-trabalho e a mais-valia absoluta. Mas não é esta a finalidade inerente à maquinaria; ela é, antes de tudo, um meio para aumentar a mais-valia *relativa*.

O próprio conceito de mais-valia relativa implica uma economia de trabalho necessário, pelo aumento da produtividade, a fim de estender o mais-trabalho.²⁸ “Essa tendência se realiza pela transformação do meio de trabalho em maquinaria.”²⁹ “Só na imaginação dos economistas [a máquina] vem em socorro do trabalhador individual”, para abreviar e facilitar sua tarefa. (Ao contrário, o uso capitalista da maquinaria retira da atividade do trabalhador “toda a independência e o caráter estimulante”,³⁰ ao convertê-lo não só em um trabalhador parcial, mas também em uma máquina par-

cial.) “Na verdade, o capital só usa a máquina na medida em que ela faz o trabalhador [por meio da redução do trabalho necessário] trabalhar para o capital durante uma parte maior de seu tempo, transformando a maior parte do tempo em um tempo que não lhe pertence. [...] Nesse processo, de fato, reduz-se ao mínimo a quantidade de trabalho necessário para produzir um objeto dado, mas só para que um máximo de trabalho se valorize em um máximo de objetos.”³¹ A aplicação capitalista da maquinaria se revela, na verdade, como o contrário exato do que diz a apologia burguesa: em lugar de tornar o trabalhador mais independente e atenuar sua exploração, serve para confiscar uma parte crescente de seu tempo de trabalho na forma de mais-trabalho, de modo a perpetuar e fortalecer o poderio do capital, que lhe é hostil.

Só no próximo capítulo examinaremos outro efeito da maquinaria: a formação do chamado exército industrial de reserva. Desde logo, porém, assinalemos que “a indústria baseada na maquinaria, por mais que estenda o mais-trabalho e diminua o trabalho necessário — graças ao desenvolvimento das forças produtivas —, só obtém esse resultado através da redução do número de trabalhadores ocupados por um mesmo capital. Uma parte antes variável do capital, ou seja, uma parte que era aplicada em força viva de trabalho, é transformada em maquinaria, ou capital constante, que não produz mais-valia.”³² [...] O emprego da maquinaria para aumentar a mais-valia implica, pois, uma contradição: dos dois fatores que determinam qual será a mais-valia produzida por um capital de magnitude dada, ele aumenta um (a taxa de mais-valia) e diminui o outro (o número de trabalhadores).”³³ Veremos depois como esta contradição se resolve e, ao mesmo tempo, se aprofunda.

Isso é tudo sobre o papel da maquinaria no processo de valorização do capital. O desenvolvimento da maquinaria remete a outros aspectos, se enfocarmos o processo de trabalho, ou seja, se abstrairmos sua utilização especificamente capitalista. Sobre isso, podemos ler nos *Grundrisse*: “A natureza não constrói máquinas têxteis, locomotivas, estradas de ferro, telégrafos³⁴ etc. São produtos da laboriosidade humana; são materiais naturais que se transformam em instrumentos da vontade e da ação humanas sobre a natureza. São como órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; conhecimento objetivado.” O desenvolvimento da maquinaria “reveia até que ponto o conhecimento [...] social geral converteu-se em força produtiva immediata; portanto, até que ponto as condições do próprio processo da vida social foram colocadas sob o controle do intelecto coletivo³⁵ e remodeladas por ele. Até que ponto as forças produtivas sociais são produzidas não só sob a forma de conhecimento, mas como órgãos imediatos da práxis social,

do processo vital real.”³⁶ Isso não significa apenas que “o trabalhador individual, como tal, deixa de ser produtivo e, ao contrário, só é produtivo nos trabalhos coletivos que subordinam a si as forças naturais”.³⁷ Significa, ademais, que o desenvolvimento da maquinaria como sistema automático, quando levado às últimas consequências (basta lembrar a automação, que se difunde hoje), revoluciona radicalmente a natureza do processo de trabalho, pois outorga ao trabalhador a função, totalmente modificada, de um mero “vigilante e regulador” desse processo.³⁸ Resulta daí que o desenvolvimento da maquinaria — embora esta, sob controle do capital, só conduza à sujeição do trabalhador — oferece a mais segura perspectiva de sua futura libertação: ela permite reduzir radicalmente o tempo de trabalho, condição para que a eliminação da sociedade de classes deixe de ser uma expressão vazia.³⁹ (Voltaremos a esse tema, com mais detalhes, no capítulo 28 deste livro.) Por outro lado, o desenvolvimento da maquinaria moderna “transforma em questão de vida ou morte eliminar a monstruosidade que é manter em reserva uma população trabalhadora miserável, pronta para satisfazer as exigências mutantes da exploração capitalista, e substituí-la por indivíduos capazes de realizar diferentes tipos de trabalho. A grande indústria obriga a sociedade, sob pena de esta vir a perecer, a substituir o indivíduo parcial, capacitado a cumprir uma função social muito específica [como é o trabalhador assalariado atual], pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para quem as funções sociais sejam diferentes modos de atividades que ele é capaz de realizar.”⁴⁰ Ambas as exigências só podem tornar-se realidade na sociedade comunista; mas o próprio capital empurra nessa direção, mesmo contra sua vontade. “Por um lado, [o capital] traz à luz todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado.”⁴¹ Por outro, pretende medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais assim criadas, mantendo-as confinadas nos estreitos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais — umas e outras, aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social — aparecem para o capital apenas como meios para produzir, reproduzindo sua mesquinha base. *In fact*, todavia, elas criam as condições materiais para lançar essa base pelos ares.”⁴² Este é um problema que ultrapassa muito os marcos deste capítulo, e do qual só nos ocuparemos com mais detalhes no capítulo dedicado à ordem social socialista.